

# Nem impostoras, nem rainhas solitárias



» DILZE PERCILIO  
*Socióloga, mestre em sociologia da cultura, especialista em docência universitária, mentora*

A mulher negra que chega à liderança carrega mais do que seu crachá. Ela traz consigo a força de uma ancestralidade que resistiu ao peso de uma estrutura que insiste em negá-la e, muitas vezes, uma dúvida que sussurra: “Será que eu mereço estar aqui?” Esse sussurro tem nome: síndrome da impostora. E, embora a psicologia a descreva como um sentimento de inadequação, entre nós, mulheres negras, ela ganha contornos ainda mais profundos porque a sociedade, de forma direta, individualizada, recorrente e sistêmica, vive a proclamar que não somos nem fazemos o suficiente.

Essa sensação de desequilíbrio tem um outro lado, quase que um lado oposto, no qual a mulher negra que “chegou lá” não se questiona, mas também não se incomoda de ser a única. Aparece, então, a síndrome da abelha rainha — aquela que chegou lá, senta sozinha no trono e, muitas vezes, reproduz a lógica excludente para manter sua posição. O isolamento no topo não é só emocional, é estrutural, e traz consequências. Quando a mulher negra que ascende não olha para o lado, não cria pontes nem redes, ela perde a chance de fazer o que nossas “mais

velhas” sempre fizeram: cuidar, dividir e multiplicar. E é justamente por isso que estamos aqui.

Esses fenômenos não nascem do nada. São efeitos de vieses inconscientes, presentes nos processos seletivos, nas promoções concorridas, nas reuniões em que falamos e não somos ouvidas. Estudos mostraram que, mesmo quando mulheres negras possuem as competências exigidas, elas são vistas como “potenciais em desenvolvimento”, enquanto colegas brancos são tratados como “talentos promissores”. A régua nunca é a mesma.

Mas aqui vai um lembrete importante: nós não somos impostoras. Temos bagagem, entrega, preparo e, principalmente, as competências que o mundo do trabalho mais valoriza hoje: empatia, escuta ativa, colaboração, resiliência. Muitas de nós aprendemos isso fora das salas de MBA, no chão de fábrica da vida, na gestão de famílias, de comunidades, de nós mesmas. Somos líderes porque desenvolvemos essas habilidades na prática, nos diversos processos sociais de que participamos — sem crachá, mas com muita potência.

E por mais que muitos ainda tentem justificar essa exclusão com falsos argumentos meritocráticos, os números contam outra história. Segundo a ONU Mulheres, apenas 39,3% das posições gerenciais no Brasil são ocupadas por mulheres. Nos cargos de C-Level, esse número é ainda menor: apenas 13% das empresas brasileiras têm CEOs mulheres. E, quando o recorte é racial, o apagamento se intensifica — a presença de mulheres negras em cargos executivos ainda é estatisticamente irrelevante, o que,

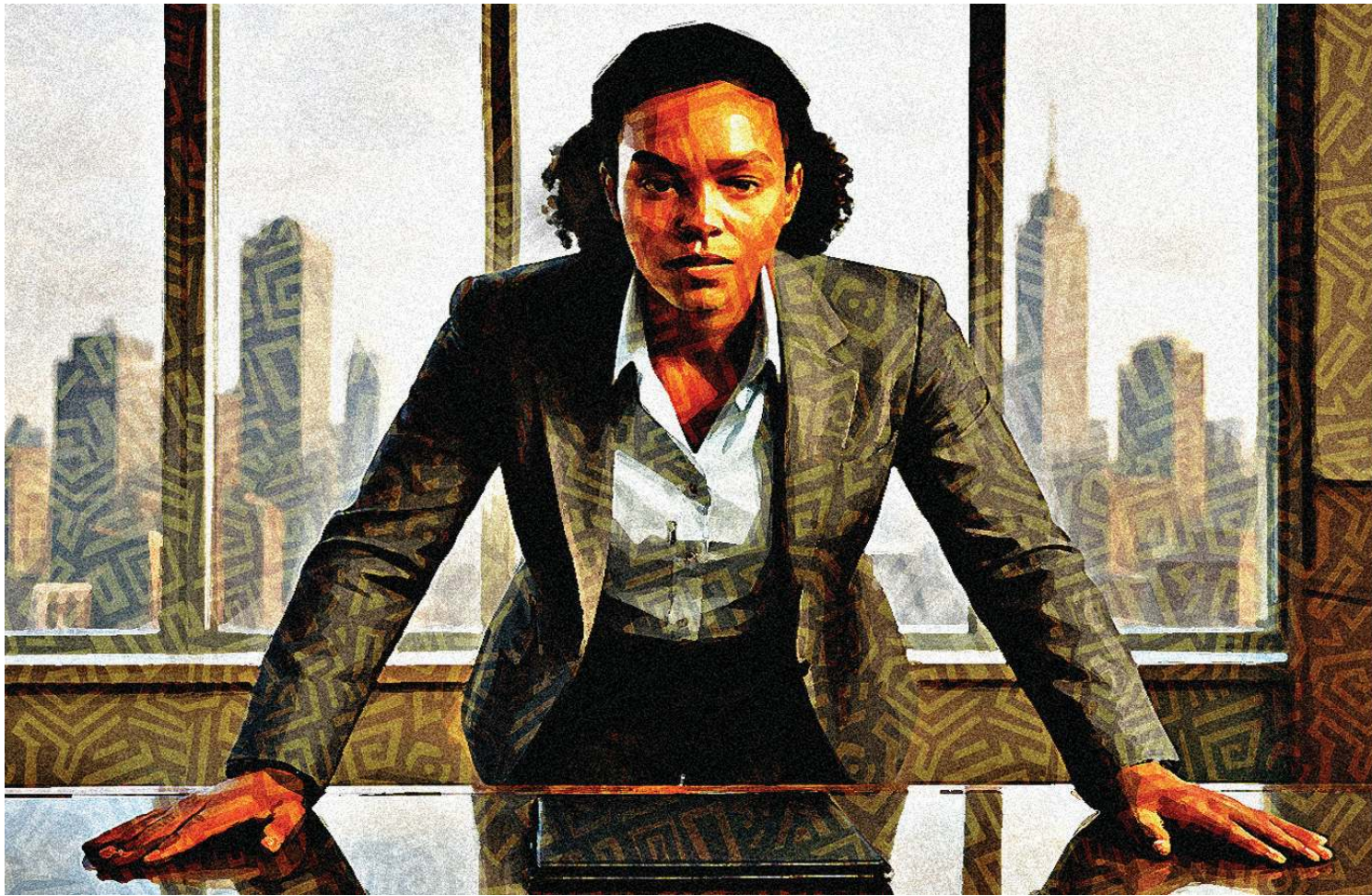
nos estudos estatísticos, é chamado de “traço”.

E aqui entra outra contradição: as competências que o mercado mais valoriza hoje são justamente aquelas que as mulheres demonstram com mais frequência. Um estudo da Zenger & Folkman, publicado no periódico *Harvard Business Review*, revelou que as mulheres superaram os homens em 13 das 19 principais competências de liderança, incluindo habilidades como iniciativa, integridade, desenvolvimento de pessoas, colaboração, empatia e construção de relacionamentos.

Ou seja, não falta preparo — falta oportunidade. E essa desconexão entre competência e reconhecimento é uma das maiores violências simbólicas enfrentadas pelas mulheres, especialmente pelas mulheres negras.

E, para não cairmos na armadilha da “preta única”, temos uma solução ancestral e contemporânea ao mesmo tempo: os coletivos afrocêntricos, especialmente os grupos de mulheres negras. Esses espaços não são só de acolhimento, mas de estratégia. São lugares onde trocamos experiências, compartilhamos dores, mas também abrimos caminhos. Coletivo não é moda. É ferramenta. É tecnologia social de expansão.

O caminho para romper essas síndromes passa por uma mudança na forma como nos olhamos — e como nos organizamos. Precisamos sair do lugar de “única” e buscar o lugar de “uma entre muitas”. E isso só acontece quando caminhamos juntas. A mulher preta líder não é exceção. Ela é semente. E também é solo fértil para outras florescerem.



## Verdades amazônicas



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
*Jornalista*

A realização da COP30 em Belém significa a redescoberta da Amazônia para brasileiros e alguns estrangeiros. Os europeus conhecem a região desde há muito. Ingleses roubaram o látex para fazer borracha na Malásia, e diversos produtos da região foram patenteados por marcas internacionais. Mas o resultado da reunião na capital do Pará será positivo, porque os técnicos, os teóricos e os curiosos poderão, afinal, conhecer um pouco da Amazônia, de seus problemas e das ambições do povo que vive no Norte do Brasil.

Os governos brasileiros sempre mantiveram posição dúbia na relação com a Amazônia. A primeira reação é nacionalista, no sentido de que a Amazônia é brasileira e ninguém toca. Mas os governos nada fizeram em 500 anos para integrar a região que é a metade do território nacional. Getúlio Vargas iniciou tímida marcha para oeste com a criação das cidades de Ceres e Rialma, em Goiás. E visitou Belém rapidamente. Juscelino Kubitschek fez mais: criou a rodovia Belém-Brasília sob violentas críticas dos chamados especialistas no Sul do país. Jânio Quadros, sucessor de JK, chegou a designar a obra de estrada das onças. Hoje, ao longo de seu trajeto, florescem boas cidades médias com economia própria e dinamismo impressionante. O Brasil cresce apesar dos críticos.

Mas a Amazônia guarda segredos e mistérios além de aldeias indígenas que mexem com a imaginação dos europeus. São os povos nativos que sobraram sobre a face da Terra depois que os conquistadores devastaram as Américas. Na Amazônia, vivem cerca de 20 milhões de pessoas que precisam de emprego, renda e comércio para prosperar. E a região, além de índios e animais selvagens, possui enorme capacidade de gerar renda por meio da pesquisa e lavra de minerais preciosos, como diamantes, ouro e, agora, petróleo. São raras as regiões do planeta que oferecem ao mesmo tempo quantidades significativas de petróleo e ouro. Há o outro lado: seus rios se transformaram em caminhos do tráfico de drogas.

Não há número exato de garimpeiros no Brasil. No entanto, é possível estimar a quantidade deles com base no número de permissões de lavra ativas (2.765) e na área ocupada pelo garimpo ilegal na Amazônia. Na região funcionam mais de 4 mil garimpos ilegais, de acordo com estudos de organismo especializado. Em 2022, o garimpo ilegal ocupava 25 mil hectares.

Hoje, os garimpeiros estão mais concentrados no extremo norte do Pará e no Amapá. Há quem fale em 80 mil, o que parece um exagero. Mas 40 mil pode ser um número perto da realidade. É um exército de gente que se conecta diretamente com o mercado exterior. Os estrangeiros compram ouro sem pagar qualquer imposto. É uma farra. O garimpo ilegal é problema crescente, com aumento de 265% na área ocupada em terras indígenas entre 2018 e 2022. Estimativas sugerem que pelo menos um terço do ouro exportado anualmente pelo país tem origem no garimpo ilegal.

O preço do ouro hoje varia de acordo com a fonte, mas está cotado em torno de R\$ 700,97

a R\$ 717,31 por grama, enquanto a cotação internacional em dólares é de aproximadamente 4.032,02. Os valores exatos podem mudar dependendo da pureza do ouro e do local de compra ou venda. A medida do ouro é chamada de onça troy, que equivale a 32g. Ou seja, cabe na palma da mão. Valor hoje é cerca de US\$ 4 mil.

O interessado pode carregar seu tesouro no bolso da calça e chegar a Amsterdã e conseguir os dólares. Ou o contrário: Amsterdã vai a ele. A ingenuidade brasileira supõe que será possível com polícia ou Exército conter as levadas de gente que está ganhando dinheiro dentro e fora do Brasil com o garimpo. Há um atuante mercado de ouro em plena atividade. O dólar está em queda, e o ouro se coloca como referência monetária em qualquer lugar do mundo. A Amazônia abastece esse mercado.

Representantes de 143 países confirmaram presença na COP30. Estados Unidos e Argentina não estão no grupo. A questão da hospedagem foi resolvida. O presidente Lula, que está morando num barco, transferiu a capital para Belém, cidade que está recebendo melhorias jamais imaginadas nos últimos séculos. O presidente brasileiro vai se reunir com os principais chefes de Estado na Cúpula dos Líderes. Inegável sucesso diplomático. Estrangeiros poderão comer pato no tucupi, tacacá, provar jambu, experimentar os melhores sorvetes de sabores exóticos, fotografar macaco e jacaré, além de descobrir que a região é riquíssima, mas habitada por povo pobre. A Amazônia resistiu e sobreviveu desde o confuso episódio da Independência do Brasil no Norte do país, em agosto de 1823. Brasileiros e estrangeiros, até jornalistas, poderão desfrutar, afinal, da oportunidade de descobrir a realidade.

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Brasília em erosão simbólica

Brasília é o espelho das contradições mais agudas do país. O que antes se apresentava como modelo de urbanismo racional, herdeiro das ideias de Le Corbusier e do conceito de cidade-jardim, vai-se dissolvendo diante de um cenário que combina abandono institucional, degradação social e impotência política.

Nas áreas que antes eram referência de planejamento urbano, erguidas sob o signo da utopia coletiva, proliferam agora moradias improvisadas, barracos de lona e madeira que se multiplicam sob o verde rarefeito do Eixão, nas margens de avenidas largas, perto da UnB, do Ceub, da 213 Norte, áreas outrora pensadas para o trânsito harmônico de uma sociedade moderna.

Segundo dados da Codeplan (2024), o número de pessoas em situação de rua no Distrito Federal aumentou 86% em quatro anos, saltando de 2.938 em 2019 para 5.470 em 2023. Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes/DF) indica que mais de 60% desses cidadãos vieram de outros estados em busca de trabalho, oportunidades ou, simplesmente, da miragem de uma capital em que o Estado ainda existisse como promessa de amparo. Ocorre que essa promessa se diluiu em meio à judicialização da política e à paralisia administrativa, fenômenos que se retroalimentam.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2023, que proibiu a remoção forçada de pessoas em situação de vulnerabilidade de espaços públicos insere-se nesse contexto ambíguo. De um lado, reafirma princípios civilizatórios e de proteção social, impedindo práticas arbitrárias de despejo; de outro, transfere ao município e ao governo local o ônus de administrar o colapso urbano sem instrumentos eficazes de ação. O resultado, visível a olho nu, é a expansão silenciosa das ocupações em áreas verdes, canteiros e passagens subterrâneas — transformadas em moradias improvisadas, onde a dignidade disputa espaço com o lixo, a violência e o frio.

O fenômeno, que muitos preferem reduzir a questão de ordem pública, tem raízes mais profundas. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicada em abril de 2024 estima que o Brasil ultrapassou 281 mil pessoas em situação de rua em 2020, um aumento de 38% em relação a 2019. No DF, de 2019 para 2013, o avanço foi de 86%, refletindo não apenas a desigualdade, mas o esgotamento das políticas de moradia e a desarticulação entre os entes federativos. Em meio a um orçamento público cada vez mais engessado e programas habitacionais interrompidos ou mal executados, o Estado parece assistir de longe ao desmonte da própria cidade que deveria zelar.

Não se trata apenas de miséria material, mas de uma espécie de erosão simbólica: Brasília, que nasceu com o intuito de representar a harmonia entre o homem, o espaço e o poder, converte-se gradativamente em um território de ruínas sociais. A cidade-jardim de Lucio Costa e Oscar Niemeyer transforma-se em cidade-sombra, onde o contraste entre os pilotis monumentais e os barracos improvisados não é mais metáfora, mas evidência. Nas entrequadradas, no Setor Comercial Sul, sob as marquises de concreto que antes abrigavam os ideais da convivência comunitária, multiplicam-se colchões, fogareiros e restos de esperança.

A ausência de política pública efetiva, somada à judicialização das ações administrativas, reforça um círculo vicioso: o poder local, paralisado entre a sensibilidade social e a impotência operacional, não consegue agir; o poder federal, ocupado em pautas mais vistosas, ignora o drama cotidiano que se desenrola à sombra dos ministérios. Enquanto isso, as pessoas em situação de rua tornam-se uma presença constante e silenciosa, símbolo de um país que falhou em garantir o mínimo de humanidade a seus cidadãos.

Na prática, a cidade funciona sob um regime de improviso, onde a compaixão individual substitui a política pública e a omissão institucional é justificada por decisões judiciais que, embora bem-intencionadas, acabam por cristalizar o desamparo. Se nada mudar, o traço de Niemeyer será engolido pelo traço da sobrevivência, e o concreto curvilíneo se tornará mera moldura para a miséria. Brasília deixará de ser símbolo de um país em construção para se converter em alegoria de um país em colapso, onde o Estado, cercado de monumentos, já não consegue enxergar os homens que dormem aos seus pés.

### » A frase que foi pronunciada

“Desenvolvimento é diferente de crescimento econômico. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição fundamental para garantir um futuro melhor para a maioria da população. Mas, quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se transforma em desenvolvimento e, portanto, trata-se de um processo de transformação social”.

Celso Furtado

### » História de Brasília

Aqui estão os primeiros parlamentaristas: presidente, Hélio Marcos; primeiro-ministro, Domingos José; vice-primeiro-ministro, Mário Jorge; ministro da Cultura, Dimer Camargo Monteiro; ministro da Economia, Marcelo Magno de Oliveira Veloso; ministro da Presidência, Italo; ministro da Divulgação, Rogerio Brant Martins Chaves; ministro de Assuntos Sociais, Rui Lemos Sampaio; ministro de Assuntos Missionários, Ivan de Oliveira Delforge; ministro de Assuntos literários, George Ney; e presidente do Banco, Paulo Cesar Vasques. (Publicada em 11/5/1962)